

A exposição como dispositivo de comunicação museológica: acessibilidade e inclusão no panorama normativo brasileiro

The Exhibition as a Museological Communication Device: Accessibility and Inclusion within the Brazilian Normative Landscape

Wanessa Pires Lott ¹ 

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, PA, Brasil. E-mail: wanessalott@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0535515713343661>.

Como citar este artigo (ABNT): LOTT, Wanessa Pires. A exposição como dispositivo de comunicação museológica: acessibilidade, inclusão no panorama normativo brasileiro. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2026, p. 246-267. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2026v19n1p246-267>.



Submetido em: 27 abr. 2025

Aprovado em: 14 jun. 2026

Edição: Charles Narloch, Ludmila Leite Madeira da Costa

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não há conflito de interesses

Disponibilidade dos dados: Os dados e conteúdos subjacentes desta pesquisa estão contidos no texto

Museologia e Patrimônio | Rio de Janeiro | v. 19, n. 1, 2026, p. 246-267

DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2026v19n1p246-267>

RESUMO

O presente artigo analisa a exposição museológica sob a ótica da comunicação, investigando como esses espaços podem se consolidar como ambientes acessíveis e inclusivos no contexto contemporâneo. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão teórica e normativa das dimensões da acessibilidade, compreendendo os âmbitos atitudinal, arquitetônico, comunicacional, instrumental, metodológico e programático. Ademais percorre as transformações das políticas públicas brasileiras, desde a Política Nacional de Museus, de 2003, até as diretrizes mais recentes, estabelecidas em 2024. Argumenta-se que a exposição atua como um dispositivo de mediação cultural que exige curadorias compartilhadas e equipes multidisciplinares para garantir o protagonismo de pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados. O estudo considera que a adoção do modelo DEAI (Diversidade, Equidade, Acessibilidade e Inclusão) é um passo fundamental para a democratização dos museus e para a efetivação do direito pleno ao patrimônio cultural e à memória.

Palavras-chave: Comunicação Museológica. Acessibilidade. Inclusão. DEAI.

ABSTRACT

This article analyzes museum exhibitions from a communication perspective, investigating how these spaces can establish themselves as accessible and inclusive environments in a contemporary context. The research is based on a theoretical and normative review of the dimensions of accessibility, encompassing attitudinal, architectural, communicational, instrumental, methodological, and programmatic spheres. Furthermore, it traces the transformations of Brazilian public policies, from the 2003 National Museum Policy to the most recent guidelines established in 2024. It is argued that the exhibition acts as a cultural mediation device that requires shared curatorship and multidisciplinary teams to ensure the empowerment of people with disabilities and other historically marginalized groups. The study considers that the adoption of the DEAI (Diversity, Equity, Accessibility, and Inclusion) model is a fundamental step toward the democratization of museums and the fulfillment of the full right to cultural heritage and memory.

Keywords: Museological Communication. Accessibility. Inclusion. DEAI.

INTRODUÇÃO

Os museus são espaços comunicacionais por excelência, e cada vez mais há uma maior preocupação com a aproximação efetiva e afetiva com o público, por meio da dinamização dos acervos e pelo estabelecimento de canais de comunicação. Atualmente, as normativas e ações das instituições museais estão caminhando para propiciar o deleite aos visitantes, mas sem que haja o esvaziamento dos instrumentos capazes de informar e provocar reflexões. Desta maneira, as exposições devem oferecer uma visão de ideias, formas e funções, além de comunicar a temática objetivada de forma clara e compreensível aos diversos tipos de público” (Benchetrit, 2010, p. 13). No entanto, há de se pensar nos diferentes tipos de público, destacando as questões que envolvem acessibilidade e inclusão. Estes dois pontos são destacados na nova definição de museus divulgado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM)¹, em 2022.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, **acessíveis e inclusivos**, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022, grifo da autora).

Faz-se relevante destacar que acessibilidade e inclusão são conceitos distintos, mas com efetiva conectividade. A acessibilidade é a condição de acesso a ambientes, produtos e equipamentos com a garantia de plena igualdade de oportunidades em relação aos demais, ao usufruir das experiências que o ambiente oferece. É voltada às pessoas com deficiência ou com alguma limitação permanente ou temporária e não deve ser pensada apenas na esfera do material, pois há barreiras imateriais, como a natureza social, econômica e cultural. Já a inclusão é o acolhimento e o respeito, trata-se do

¹ O ICOM foi criado em 1946 como uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Se mantém majoritariamente com a anuidade de seus membros e promove regularmente encontros nacionais e internacionais, além de desenvolver publicações de interesse do campo museal.

[...] processo que visa proporcionar a igualdade de oportunidades a todas as pessoas no meio social, sobretudo a grupos minorizados, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução das ações (IBRAM, 2024a, art. 3º, inciso V).

No entanto, ambas são essenciais para a democratização das instituições de memória e cultura, sendo recomendável a existência de um programa de inclusão e acessibilidade nos Planos Museológicos². Diante destes pontos, brevemente apresentados, o presente artigo tem como objetivo problematizar as exposições, enquanto comunicação museológica, no âmbito da acessibilidade e da inclusão. Destaca-se que, não obstante a importância dos espaços museais serem acessíveis em todas as dimensões – atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática – destaca-se, principalmente, a acessibilidade programática, por meio da apresentação das normativas e legislações brasileiras. Para tal, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, privilegiando as publicações mais recentes sobre o tema.

O texto está dividido em quatro blocos, sendo o primeiro dedicado às questões gerais que tangem a acessibilidade. Em um segundo momento, haverá um destaque para a acessibilidade programática, trazendo as normativas em torno do tema. A terceira parte do texto apresentará as exposições como uma esfera da comunicação museológica voltada para a inclusão e acessibilidade. Não obstante, a relevância da Educação Museal e Estudos de Público para o debate, por falta de fôlego, estes temas não serão aqui trabalhados, mas o texto contribuirá com a inserção de outros conceitos congruentes: a diversidade e a equidade. Desta maneira, a sigla DEAI – Diversidade, Equidade, Acessibilidade, Inclusão – será aqui tomada com uma consideração final que abre para um debate mais amplo na esfera das instituições museais.

² É importante destacar que no artigo 24 do Estatuto dos Museus de 2009 “é facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas desde que devidamente justificadas” e no artigo 46, inciso III refere-se que o Plano Museológico pode identificar os “públicos a quem se destina o trabalho dos museus”. Assim sendo, a legislação que pretende democratizar os espaços, cria brechas para impedir o acesso.

QUESTÕES DE ACESSIBILIDADE

Carregado de estigmas e preconceitos, o termo “deficiente” é uma característica de uma dada pessoa e remete à ideia de falta e de carência: as pessoas que têm uma falha sensorial, motora ou intelectual são assim denominadas como pessoas deficientes. Para além das questões físicas, “deficiente” também relaciona aquela que se encontra desarmada em face de situações da vida cotidiana.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2006, artigo 1º).

Na Constituição Brasileira de 1988, adotou-se o termo “pessoas portadoras de deficiência”, termo que remete que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa. Hoje, com intuito de diminuir o preconceito, usa-se a expressão “pessoa com deficiência”, ressaltando, assim, a pessoa em si e não a deficiência. Na ABNT 9050/2004, a caracterização “deficiência” vincula-se à:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente (ABNT, 2004, p. 3).

Para que haja possibilidades equânimes no convívio social, a normatização discerne uma série de pontos vinculados à acessibilidade às edificações, aos mobiliários, aos espaços e aos equipamentos urbanos. No entanto, há outras esferas de acessibilidade, que vão para além do campo material, ou seja,

[...] podemos assim caracterizar o acesso às instituições culturais em seus aspectos físicos (relativos à possibilidade de mobilidade e circulação); em seus aspectos intelectuais (relativos à compreensão de objetos e discursos expositivos, da organização conceitual e linguagem utilizada, das regras institucionais e da orientação espacial); em seus aspectos atitudinais ou emocionais (relativos ao sentimento de acolhimento pela instituição, confiança e prazer pela participação e identificação com os sistemas de produção cultural); em seus aspectos culturais (no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade cultural presente na instituição); em seus aspectos financeiros (com a liberação dos valores de entrada) e, por fim, em seus aspectos

sensoriais (relativos à possibilidade de acessar os objetos culturais por meio de outros sentidos além da visão e audição, para pessoas com deficiências visuais e auditivas) (Aidar, 2019, p. 162).

Apesar da acessibilidade ser mais visível nas exposições, tais pontos devem ser trabalhados de maneira conjunta nos diversos setores da cadeia museal, pois o discurso pertinente da exposição depende das bases bem fundamentadas no processo.

O compromisso com a democratização da cultura deve considerar a acessibilidade em uma abordagem multidisciplinar, isso é, assegurar o direito de todos os públicos, especialmente das pessoas com deficiência, considerando todo o processo histórico de exclusão dessa população dos ambientes museais, pelas mais diversas razões, entre elas a cultura do preservacionismo e o não reconhecimento e acolhimento de suas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais. Trata-se de uma nova concepção acerca da difusão do patrimônio que admite que é possível elaborar estratégias de comunicação e pertencimento pautadas no acesso livre de barreiras; na percepção multissensorial por meio da visão, da audição, do tato, do olfato, do paladar; da compreensão por meio de diferentes graus de cognição e da fruição despreocupada que não pressupõe nenhum tipo de repertório ou conhecimento científico prévio (Sarraf, 2002, p. 23).

Com esta questão pontuada, o texto segue apresentando os pontos primeiros para uma boa acessibilidade nos museus.

AS DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é composta por seis dimensões, que, por sua vez, vêm sendo trabalhadas de maneira contínua nos espaços museais em prol de uma comunicação museológica mais eficiente. As acessibilidades podem ser divididas nos seguintes campos: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. A acessibilidade atitudinal refere-se à eliminação de atitudes, pré-julgamentos, pré-conceitos e estigmas sobre as pessoas com deficiência. Um dos caminhos profícuos são as ações de inclusão baseadas na empatia, ou seja, diante de uma dada deficiência, tem-se um comportamento e utiliza-se um recurso que não diminui e/ou constrange a pessoa. Por isso é fundamental perguntar à pessoa com deficiência se ela quer ajuda e de como ajudá-la naquele momento.

Na vivência museal, é comum termos usuários com deficiência visual, com surdez, com limitação física, com deficiência intelectual, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades. Por isso, estas foram organizadas na publicação “Acessibilidade a Museus”, pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2017. Tal normatização está na esteira da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro, de 2009, que institui o Estatuto de Museus, principalmente no item “a Difusão Cultural e do Acesso aos Museus”. Assim, “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” (IBRAM, 2009, art. 35).

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

As barreiras atitudinais ou de comportamentos são as que impedem ou prejudicam “a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (IBRAM, 2024a, art. 3º, inciso IV). Ou seja, a acessibilidade atitudinal deve tratar as pessoas sem preconceitos, sem estigmas, sem estereótipos e sem discriminações (Sasaki, 2011). Como exemplo, tomemos primeiramente as atitudes junto às pessoas com deficiência visual, cegas ou com baixa visibilidade. Diante destas, deve-se falar diretamente com a pessoa e não com o seu acompanhante/tradutor, além de evitar gritar ou infantilizar a comunicação. Assim sendo, utilizar os recursos de indicações verbais de localização, descrição dos espaços, aviso dos obstáculos é um caminho seguro. Destaca-se que, caso a pessoa com deficiência esteja com um cão-guia, tocar no animal não é prudente, para não causar distração (Cohen; Duarte; Brasileiro, 2017).

As pessoas surdas – que usam Libras como forma de comunicação – e as com deficiência auditiva – geralmente oralizadas e verbalizadas na comunicação, devem ser abordadas com aceno ou com o tocar levemente. No entanto, para as primeiras, use Libras ou escrita para comunicar e sempre dirija à pessoa surda e não ao intérprete. Para os com deficiência auditiva, mantenha o contato visual para conversar e não fique contra a luz e/ou com objeto na frente da boca, facilitando assim a leitura labial (Cohen; Duarte; Brasileiro, 2017).

Para as pessoas com deficiência física ou motora, não empurre a cadeira de rodas antes de avisá-la, pois esta é a extensão de seu corpo e é relevante ficar na altura do cadeirante para

comunicar. No caso do uso de muletas ou bengalas, deixar sempre próxima ao usuário. Já as deficiências intelectuais são divididas em três níveis: leve, moderada e severa. É importante sempre lembrar que a deficiência não descaracteriza a idade da pessoa, por isso um adulto nunca deve ser tratado como criança. O caminho é apresentar explicações menos complexas, procurando usar pequenas frases, claras e concisas. Outra possibilidade é o uso de imagens para explicar coisas abstratas e mostrar objetos dos quais você está falando para que possam ser tocados. Neste ponto, os museus devem preparar réplicas das peças expostas ou propiciar a este grupo – juntamente com as pessoas com deficiência visual – o toque dos objetos (Cohen; Duarte; Brasileiro, 2017).

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A acessibilidade arquitetônica diz respeito às adaptações/construções estruturais nos ambientes, questões estas amplamente delimitada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050/2004. Na esfera dos espaços de cultura e memória, orienta-se que estes devem ser amplos e sem obstáculos para livre fruição. Os mobiliários devem respeitar os mais diversos tipos de públicos, por isso serem rebaixados, para que pessoas em cadeiras de rodas tenham acesso aos objetos ali expostos. O piso podotátil, que mostra a direção sem obstáculos, dá a garantia para que pessoas com deficiência visual possam ter autonomia no ambiente, assim como a colocação de corrimãos e pisos antiderrapantes, também utilizados por pessoas idosas os com algum tipo de mobilidade. Há também de se pensar nas legendas, permitindo que o tamanho das letras e contrastes de cores promovam a leitura acessível. Um ponto de suma relevância que muitas vezes é esquecido é o entorno das instituições, pois não é viável uma instituição inacessível.

A garantia do acesso a pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e em situação de vulnerabilidade social às ambiências museais, por meio da adequação de seus espaços e entornos aos princípios do desenho universal, bem como a elaboração de estratégias comunicacionais que favoreçam a compreensão dos discursos expositivos, contidas nesta diretriz, certamente significaram conquistas e um grande avanço desencadeado pelo IBRAM (Cohen; Duarte; Brasileiro, 2017, p. 24).

Faz-se importante destacar a questão do desenho universal, referindo-se aos espaços urbanos, às edificações, aos transportes e a produtos que atendam a todos, independentemente de capacidade ou habilidade. Ou seja, trata-se de um *designer* do objeto que seja capaz de atender ao maior número de pessoas, com a maior gama de características antropométricas e sensoriais (Simões; Bispo, 2003).

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL, INSTRUMENTAL, METODOLÓGICA E TECNOLÓGICA

O presente texto iniciou colocando que os museus são espaços comunicacionais por excelência, sendo relevante evitar as barreiras comunicacionais. Estas são definidas como

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (IBRAM, 2024a, art. 3º, inciso IV).

Assim sendo, as estratégias de comunicação adotadas devem ser acessíveis a todos os públicos e um dos caminhos pertinentes é por meio dos usos das tecnologias assistidas. Estas possibilitam o uso de dispositivos que garantem o acesso por pessoas com deficiência, como, por exemplo, os vídeos guias, audioguias – também designados como acessibilidade instrumental – e mapas táteis.

[O mapa tátil] embora seja desenvolvido, de forma mais específica, para pessoas com deficiência visual, ele possibilita que pessoas com deficiência intelectual, pessoas idosas e crianças visualizem o tamanho do museu e o percurso que irão fazer (Salasar; Michelin, 2020, p. 138).

O intuito da acessibilidade comunicacional é propiciar à pessoa com deficiência uma visita autônoma, na qual possa construir seu próprio percurso de maneira fluida. Não obstante a importância da autonomia, há mediações de suma relevância que levam à acessibilidade metodológica, como as visitas mediadas em Libras, os jogos programados para pessoas com baixo entendimento cognitivo, as pranchas de comunicação alternativa e as adaptações dos discursos expositivos dos museus para a compreensão de grupos específicos. Aliada a estas

questões, atualmente a acessibilidade tecnológica deve ter grande atenção por meio de ações que mitiguem e eliminem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA

Todas as acessibilidades supracitadas podem ser reunidas na denominada Acessibilidade Programática, que trata das legislações e normativas que visam a mitigação e a eliminação de barreiras dos direitos da pessoa com deficiência. Desde 2003, com a Política Nacional de Museus (PNM), mais especificamente em seu “Eixo 2: Democratização e Acesso aos Bens Culturais”, esta pauta foi inicialmente destacada e ganhou continuidade com o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), 2010/2020, que foi elaborado em 2009 e consolidado no 4º Fórum Nacional de Museus de 2010. Em 2014, o PNSM foi revisto e atualmente está sendo elaborado o novo documento para o interregno de 2025 a 2035.

AS NORMATIVAS BRASILEIRAS: A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS (2003)

O ano de 2003 foi significativo devido ao distanciamento do Ministério da Cultura (MinC) da política neoliberal, na qual a cultura esteve voltada, para os preceitos neoliberais de mercado. Com a entrada do Presidente Lula e tendo Gilberto Gil como Ministro da Cultura, houve uma guinada sem precedentes, destacando no âmbito museal a constituição do PNM de maneira coletiva e colaborativa.

Compreendendo a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, o MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democraticamente da construção de uma política pública voltada para o setor (Nascimento Junior; Chagas, 2007, p. 22).

Os princípios da PNM foram delimitados em sete eixos, com referências diretas sobre as questões de acessibilidade e inclusão, bem como na apresentação dos aportes para que estas sejam viáveis no cotidiano museal. Sendo assim, o documento primou pela consolidação

de políticas públicas no âmbito da memória, patrimônio cultural e museus (1), com intuito de promover a democratização das instituições e do acesso aos bens culturais. Ademais, a valorização do patrimônio cultural sob a responsabilidade/guarda dos museus (2) foi entendida como base importante para a construção dos mais diversos processos identitários.

Na sequência, o desenvolvimento de ações educativas (3) foi direcionado para o respeito à diferença e à diversidade cultural brasileira. Na esteira deste tópico, destaca-se o reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades por meio dos processos de registro e proteção legal (4) e a necessidade de estímulo e apoio à participação das tipologias museais envoltas com as questões comunitárias – museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares, dentre outros (5). Na esfera da conservação e preservação do patrimônio musealizados, é incentivada a constituição de programas e ações, promovendo a preservação e sustentabilidade (6). Por fim, e não menos relevante, o respeito aos bens culturais das comunidades indígenas e afrodiáspóricas (7) mereceram destaque, no que tange à necessidade de compreensão das especificidades e diversidades de cada patrimônio cultural nos processos de salvaguarda.

Tendo como base estes princípios, nove eixos temáticos foram constituídos: Gestão e Configuração do Campo Museológico; Formação e Capacitação de Recursos Humanos; Informatização de Museus; Modernização de Infraestruturas Museológicas; Financiamento e Fomento para Museus; Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais e Democratização e Acesso aos Bens Culturais. este se volta para as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do **acesso aos museus** (Nascimento Junior; Chagas, 2007, p. 26, grifo da autora).

O ESTATUTO DE MUSEUS (2009) E PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS (2010 A 2020)

Tendo como ponto inicial a PNM em 2003, a sequência do trabalho se fez pelo PNSM, no qual a questão da acessibilidade e da inclusão foram articuladas com a sustentabilidade ambiental. Tem-se como objetivo estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais, por meio do eixo “Cultura, Cidade e Cidadania”. A PNSM recomenda “a preparação do ambiente legal e dos museus de forma a garantir plano e práticas de acessibilidade universal” (IBRAM, 2010, p. 15). Em conformação, a Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, versa sobre a acessibilidade nos seguintes artigos:

Art. 2 inciso V - universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; [...] Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação; [...] Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público; [...] Artigo 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente; [...] Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu (IBRAM, 2009).

NORMATIVAS MAIS RECENTES (2024)

Recentemente, tem-se duas ações de grande relevância no âmbito da acessibilidade programática. A primeira é o lançamento da portaria do IBRAM nº 3.135/2024, que institui o Programa de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória.

O “Acesse Museus” tem como objetivo democratizar o acesso aos museus, garantindo que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam usufruir plenamente desses espaços culturais. A iniciativa busca eliminar barreiras físicas, sensoriais e atitudinais, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos os visitantes (IBRAM, 2024b).

Um dos pontos de suma importância no “Acesse Museus” é o protagonismo das pessoas com deficiência. Trata-se de possibilitar o papel ativo e de destaque das pessoas com

deficiência, ou seja, as soluções dos museus não devem ser construídas “para as pessoas com deficiências” e sim “com as pessoas com deficiências” para a construção de instituições ‘de pessoas com deficiência’.

As pessoas envolvidas no processo de luta por demanda de inclusão social passaram a distinguir “instituições para” e “instituições de”, quando se trata de pessoas com deficiência, denotando a identidade do movimento, que busca caracterizar o protagonismo, a capacidade de expressão e a possibilidade de autonomia. Algumas “instituições para” são historicamente herdeiras das instituições totais, que, ao final do século XIX e início do XX, significavam confinamento e isolamento daqueles que apresentavam limitações físicas ou mentais (Cabral Filho; Ferreira, 2013, p. 104).

Para que isso ocorra, o processo colaborativo deve permear o planejamento, a execução e a avaliação das ações propostas. Como possibilidade pertinente, tem-se as visitas mediadas feitas por pessoas com deficiência, na qual há uma inversão na canônica atitude destas - estarei no lugar de receptora e não de mediadora do processo. Desta maneira, tem-se uma efetiva representatividade das pessoas com deficiência “em todos os campos que compõem a sociedade, proporcionando um senso de pertencimento e representando seus interesses” (IBRAM, 2024a, art. 3º, inciso VIII).

Por meio do IBRAM, o Plano de Ações do Acesso Museus será “elaborado de forma participativa e em consonância com a Política Nacional de Museus, PNM, o Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM e a legislação vigente” (IBRAM, 2024a, art. 7º). O PNSM 2025/35 já se encontra em desenvolvimento, sendo entendido primeiramente como uma agenda política do setor museal, composta por objetivos estratégicos que estão sendo construídos de maneira participativa e legitimados pelos profissionais do campo museal. Em um segundo entendimento, o PNSM 2025/35 é um documento de diálogo com a sociedade, por isso, sua ampla divulgação em linguagem acessível é de fundamental importância. Em consonância com Conferência Nacional de Cultura, o documento segue quatro eixos principais: (1) Democratização, participação social e institucionalização do campo museal; (2) Identidade, patrimônio, memória e educação; (3) Diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na política museal e (4) Fomento, sustentabilidade e economia dos museus. Por sua grande importância, questão de acessibilidade e inclusão permeia mais de um dos eixos.

No eixo 1, definido pelas diretrizes que se “relacionam com a estruturação, fortalecimento e institucionalização do setor museal”, tem-se a preocupação com “Acessibilidade aos Museus” por meio de melhor delimitação de espaços democráticos capazes de abraçar a participação social “na construção, implementação e monitoramento da agenda política do setor museal” (IBRAM, 2024c, p. 9). No eixo 2, a questão de acessibilidade se faz valer no âmbito da Educação Museal³ e Comunicação Museal, principalmente no item “Criar e implementar programas e ações de valorização, salvaguarda e segurança dos bens culturais musealizados”, nos quais haja a preocupação com “a comunicação e atualização periódica de acervos, com garantia de acesso público” (IBRAM, 2024c, p. 15). O eixo 4 não destaca diretamente a acessibilidade, mas, em uma leitura mais atenta, identifica-se questões fundamentais para instituições mais acessíveis e inclusivas, como por exemplo as questões que tangem a digitalização de acervos. O eixo 3 se mostra como o tema mais destacado, pois volta-se para as diretrizes destinadas à valorização do patrimônio cultural musealizado na perspectiva da diversidade, interculturalidade, interseccionalidade e **acessibilidade plena**, a fim de que a agenda política do campo dos museus tenha consonância com ações afirmativas, defesa dos direitos humanos e **valorização da dignidade das pessoas** e dos grupos sociais historicamente subalternizados (IBRAM, 2024c, p. 16, grifos da autora).

Um dos objetivos é fomentar as pesquisas para que se possa tornar os acervos amplamente acessíveis. Desta forma, as adaptações para as pessoas com deficiência e neurodivergentes, são necessárias, bem como a construção de “diferentes formas de possibilitar o acesso aos bens culturais musealizados e aos próprios museus e espaços de memória” (IBRAM, 2024c, p. 16). Por isso, este eixo abrange majoritariamente as pesquisas no âmbito da Educação Museal e Comunicação, mas sem que haja uma fragmentação na cadeia museológica. Atualmente, é assertivo vivenciar os setores museais de maneira conjunta e colaborativa, para que haja soluções eficazes na instituição no que tange à ampla acessibilidade.

³ A questão da Educação Museal é pertinente para o debate de acessibilidade e inclusão, no entanto, devido a sua grande relevância, um espaço maior de escrita se faria necessário. Por isso, o texto em questão se mantém no recorte proposto, deixando em aberto a relação com a Educação Museal em outra oportunidade textual.

A EXPOSIÇÃO COMO FERRAMENTA DA COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA: COLECIONAR E EXPOR

O ato de colecionar objetos é intrínseco à natureza humana e observável ao longo dos tempos por motivações distintas. No decorrer dos séculos, instituições foram criadas e atualizadas com os objetivos básicos de adquirir, preservar e expor. Para tal, segue-se a cadência do processo de musealização, no qual o objeto é retirado do espaço que foi concebido e ingressa na cadeia museológica adquirindo outra funcionalidade e outra estética.

Desta maneira, o objeto fica “disponível para criação de relações semânticas, singulares e inéditas, com os outros objetos que elaboram a mensagem do discurso expositivo”. Em um processo detalhadamente documentado, o museu reconstrói o objeto do “ponto de vista factual, estrutural e funcional através do qual pode recuperar os dados de sua entidade primeira e de sua multifacetada natureza de significados e valores simbólicos” (Roque, 2010, p. 50).

Na sequência do processo de musealização, o objeto fica disponível para a composição do discurso expositivo, seguindo os critérios elencados pela equipe do museu e se constituindo como parte da esfera comunicacional do museu. Faz-se relevante ressaltar, que tal processo nunca é isento ou neutro, pois revela as facetas culturais, políticas e sociais dos membros da instituição, além de demonstrar a missão e os valores dos museus e refletir as ambições dos patrocinadores. O reconhecimento de tais influências não se mostra como ponto negativo, mas sim um ato de assumir o discurso expositivo em um dado momento. As possibilidades de construção da exposição conjugam técnicas de diferentes áreas do saber e são orientadas pelo IBRAM por meio da PNM, principalmente no item destinado como “Formação e Capacitação de Recursos Humanos”. Para uma melhor divulgação e organização, o IBRAM publicou um livreto em 2017 e lançou um módulo no curso “Saber Museus”, que pode ser feito gratuitamente *online*. Estes apresentam diretrizes pautadas em técnicas e saberes que convergem com as questões de acessibilidade e inclusão.

COMO FAZER UMA EXPOSIÇÃO?

De pronto, deve-se ter em mente que “uma exposição se baseia na escolha e na apresentação de objetos que possam sustentar uma narrativa sobre um assunto determinado”. Por isso, as escolhas e definições “devem apontar as ideias e imagens desejadas e estabelecem, pelos sentidos, diálogos com o público”. Trata-se, assim, de um sistema de comunicação com lógica própria, que comunica e representa um recorte do patrimônio da sociedade. E para que haja uma narrativa pertinente, se faz necessária a reunião dos setores dos museus que, por sua vez, é composto por equipes multidisciplinares (Bordinhão *et al.*, 2017, p. 1).

O primeiro passo para fazer uma exposição é perguntar “por que fazer?”, “para quem fazer?” – neste ponto os estudos de público⁴ são fundamentais – e “o que fazer?”. Diante das respostas dessas questões, o levantamento e análise para a exposição são iniciados. Primeiramente, deve se levar em conta: o local, suas limitações, a segurança que o envolve, as licenças necessárias. O segundo passo é nomear a exposição. O título apresenta as ideias de maneira resumida e possibilita que o direcionamento escolhido pela curadoria se mantenha nos trilhos. Posteriormente, a duração, a data e o público-alvo devem ser definidos. Não obstante, as exposições serem pensadas para um público diverso, a definição mínima de um seguimento pode auxiliar na construção e desenvolvimento das ideias. O acervo e os recursos financeiros também são pontos a serem definidos inicialmente.

Diante dessas questões, o conceito da exposição pode ser construído e, com base neste, definir os objetivos. Tais questões irão direcionar para o desenvolvimento das pesquisas, que fundamentarão ainda mais a exposição. Há de se destacar que, por mais que o museu apresente uma equipe multidisciplinar contundente, é preciso dialogar com a sociedade. Este diálogo não se faz apenas tendo a sociedade como visitante/público/usuário, mas sim com pessoas que participam da construção da exposição. Trata-se da curadoria

⁴ “Os estudos de público podem ser descritos como processos de obtenção de conhecimento sistemático sobre os visitantes de museus, atuais ou potenciais, com o propósito de empregar o dito conhecimento na planificação e pôr em marcha atividades relacionadas com os distintos grupos de visitantes” (Koptcke, 2012, p. 215-216). Trata-se de uma área de conhecimento relevante para as instituições museais, que neste texto será apenas aqui pontuada.

compartilhada, extremamente eficaz para que a exposição seja efetivamente um processo comunicacional acessível e inclusivo.

Nalguns museus, a percepção da obrigatoriedade de um novo discurso já conduziu a alterações substanciais, assumindo um modelo de curadoria compartilhada. Este modelo inclui as comunidades locais como enunciador dominante e reconhece a autoridade do seu conhecimento (Roque, 2020, p. 67).

A narrativa é então definida, juntamente como a identidade visual, que são elementos que fazem parte e ajudam no processo criativo. O curador é o líder da equipe, mas a sua função não deve apagar/sufocar os demais membros, no entanto, se necessário, a decisão final é responsabilidade dele. Definido o discurso expositivo, os recursos expográficos devem ser pensados em convergência com as acessibilidades trabalhadas anteriormente neste texto.

É importante lembrar que uma “série de fatores pode influenciar na comunicação de uma exposição: cor, textura, som, iluminação”, ademais, deve se “considerar as relações entre os objetos expostos, seus suportes e o ambiente”. O uso do som deve ser cuidadoso para não trazer desconforto na exposição, os fones de ouvido podem ser um caminho pertinente. A legibilidade dos textos deve ser um ponto de cuidado, pois há de se pensar na tipologia da letra, as cores, o texto em si, a hierarquia das informações são fatores que contribuem para uma melhor leitura. O suporte é outro elemento expositivo e trata-se de tudo aquilo que serve de amparo, proteção, estrutura para o que será exposto. Ademais, os suportes podem ser “sonoros, como caixas de som e fones de ouvido; visuais, como monitores, computadores e telas sensíveis ao toque, além de outros dispositivos digitais de mídia” (Bordinhão *et al.*, 2017, p. 43, 71).

Lado a lado à montagem da exposição, é de extrema importância que o setor educativo participe ativamente do processo, para que haja um diálogo na construção do conceito e da narrativa que será transposta aos visitantes. Estes devem ser abraçados pela exposição e, por isso, as políticas de acessibilidade e inclusão são fundamentais no processo de sua construção.

Assim sendo, a exposição se fará como um dispositivo de mediação no qual envolve todos os setores do museu. Tendo como delegação formal o curador, a exposição deve relacionar o visitante com os objetos expostos. O encontro do visitante com os objetos acende simbolicamente múltiplas possibilidades, pois o objetivo é que o visitante dialogue com a exposição levando em conta as suas próprias vivências. Por meio de uma mediação perceptiva

e corporal com os objetos expostos e com o espaço, o visitante constrói outras percepções culturais. Para isso, é importante que a exposição seja “suficientemente autônoma em seu contexto de produção e no contexto de uso” (Davallon, 2010, p. 25), ou seja, o suporte no qual a exposição é construída a separa do mundo cotidiano temporalmente e espacialmente. No entanto, o visitante não deixa a sua vivência ao entrar na exposição, mesmo quando há fortes ferramentas de interpretação e mediação que servem para apoiar a estratégia de comunicação do museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOMAM-SE À ACESSIBILIDADE E À INCLUSÃO, A DIVERSIDADE E A EQUIDADE

A análise desenvolvida ao longo deste artigo reafirma que a exposição, enquanto dispositivo central da comunicação museológica, deve ser compreendida como um espaço de mediação política e social. Ao investigar as seis dimensões da acessibilidade — atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática —, percebe-se que a inclusão efetiva exige uma abordagem sistêmica que ultrapasse a eliminação de barreiras físicas. A acessibilidade atitudinal, em especial, revelou-se como o alicerce necessário para que as demais transformações ocorram, demandando uma mudança de paradigma na recepção e no acolhimento de todos os públicos.

O resgate cronológico das normativas brasileiras, desde a Política Nacional de Museus em 2003 até as diretrizes estabelecidas em 2024, demonstra um amadurecimento do Estado na formulação de políticas de democratização cultural. Entretanto, a transposição desses marcos legais para a prática cotidiana das instituições ainda enfrenta desafios que só podem ser superados por meio de curadorias compartilhadas e equipes multidisciplinares. A retomada desses pontos permite considerar que a eficácia de uma exposição não reside apenas na salvaguarda do objeto, mas na capacidade de gerar experiências sensoriais e cognitivas que respeitem o desenho universal e promovam o protagonismo de pessoas com deficiência.

Assim sendo, seguindo a linha das teorias da comunicação e das ciências da informação, a exposição deve ser tomada no viés da mediação cultural, pois tem-se a criação

“de uma relação entre um coletivo de indivíduos – público – e uma entidade simbólica – uma obra, uma arte, uma época etc. – através de um dispositivo técnico social semiótico destinado a permitir essa relação” (Davallon, 2010, p. 19). A exposição se coloca com tal dispositivo ao organizar elementos capazes de provocar a comunicação com o público. Utilizando acervos diversos – os bens da cultural material e imaterial – dispostos e relacionados em um dado espaço, a exposição provoca o público para a construção de um significado. Para tal, se faz necessário que esta seja congruente com os aspectos de acessibilidade e inclusão, e se faz perceptível na atualidade várias ações museais em prol de mitigar os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência.

No entanto, advoga-se pelo entendimento da acessibilidade de uma forma mais ampla, não se limitando apenas às pessoas com deficiência. Trata-se de englobar o “que chamamos genericamente de pessoas e grupos com dificuldades de acesso aos museus”. São os que não pertencem à esfera do público espontâneo, “em sua maioria jovens, com alto grau de escolaridade e, conseqüentemente, com renda familiar média a alta”. Há de se considerar “as desigualdades sociais, elemento inescapável da realidade brasileira, como corte que limita o acesso às instituições” Ou seja, os museus devem levar em conta os aspectos de diversidade e equidade, somando-se assim à sigla DEAI, que significa: Diversidade, Equidade, Acessibilidade, Inclusão (Aidar; Chiovatto, 2024, p. 112).

De acordo com o relatório *da American Alliance of Museums* denominado como *Excellence in DEAI - Diversity, Equity, Accessibility, Inclusion*, a equidade se mostra como o fundamento primeiro que sustenta as demais esferas citadas, pois se mostra como uma barreira que permeia o econômico, o social e o cultural, muitas vezes ‘invisíveis’ nos estudos de público. Voltar-se para a equidade é ter o comprometimento mais amplo para a eliminação de um sistema de desigualdade no qual os museus, por longos tempos, reproduziram. Inserir exposições mais diversas, nas quais abrangem todos os grupos sociais também se faz pertinente para a questão aqui levantada. Neste sentido, o texto em questão deixa como reflexão final a necessidade de ampliação dos museus para além dos itens relacionados com acessibilidade e inclusão, apontando para que as ações em prol de uma sociedade menos hierarquizada sejam permeadas por todos os setores da cadeia museal.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos Disponível em: https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/norma_tecnica_acessibilidade_%20NBR9050-2004.pdf. Acesso em: 7 nov. 2024.
- AIDAR, G. *Acessibilidade em Museus: ideias e práticas em construção*. Revista *Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 155-175, set. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39810>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- AIDAR, G.; CHIOVATTO, M. Reflexões sobre o acesso, a inclusão e a função social dos museus. In: SILVA, M.; COSTA, A. (orgs). *História da educação museal no Brasil*, São Paulo: ICOM-CECA, 2024, p.109-117. Disponível em https://ceca.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/5/2024/05/Livro-Historia-Educacao-Museal-BR_compr1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BORDINHÃO, K.; VALENTE, L.; SIMÃO, M. S. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Brasília, DF: IBRAM, 2017. (Série Caminhos da Memória, 1) Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CABRAL FILHO, A. V.; FERREIRA, G. *Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência*. *Ser Social*, Brasília, DF, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036/11391. Acesso em: 7 nov. 2024.
- COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. *Acessibilidade a Museus*. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus – Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/cadernos-museologicos-volume-2-acessibilidade-a-museus>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- DAVALLON, J. *Comunicação e Sociedade: pensar a concepção da exposição*. In: BENCHETRIT, S.; ZAMORANO, R. B.; MAGALHÃES, A. M. (org.). *Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências*. Brasília, Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 7 nov. 2024.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020*. Brasília/DF: MinC/IBRAM, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm>. Acesso em: 7 nov. 2024.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Portaria IBRAM Nº 3.135, de 20 De Setembro de 2024* – Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória - Acesse Museus no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2024a. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-3.135-de-20-de-setembro-de-2024-585909607>. Acesso em: 7 nov. 2024.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Ibram institui Programa de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória*. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-institui-programa-de-acessibilidade-em-museus>. Acesso em: 7 nov. 2024.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Elaboração do novo Plano Nacional Setorial de Museus 2025-2035: orientações gerais Brasília/DF: MinC/IBRAM, 2024c*. Disponível em: https://forum.museus.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/novo_pnsm_orientacoes_gerais.pdf. Acesso em: 7 nov. 2024.

ICOM – Conselho Internacional de Museus. *Nova Definição de Museu*, 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 7 nov. 2024.

KÖPTCKE, L. S. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, 2012, p. 209-235. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12643>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, J.; CHAGAS, M. S. (org.). *Política nacional de museus*. Brasília: MinC, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/politica-nacional-de-museus>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ROQUE, M. I. R. *Comunicação no museu*. In: BENCHETRIT, S.; ZAMORANO, R. B.; MAGALHÃES, A. M. (org.). *Museu e comunicação: exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

ROQUE, M. I. Descolonizar o museu: exposição e mediação dos espólios africanos em museus europeus. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 7, n. 2, p. 53-71, 2020. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/35786>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SALASAR, D. N.; MICHELON, F. F. Os museus federais e as barreiras de acessibilidade comunicacional. *Anais da Semana dos Museus da UFPEL*. Pelotas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/6642?locale-attribute=en>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SARRAF, V. Museus para a Igualdade–Diversidade e Inclusão: Como as premissas da Acessibilidade Cultural corroboram com a Função Social dos Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 63, n. 19, p. 21-30, 2022. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8289>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SASSAKI, R. K. Conceito de acessibilidade. Notícia. *Portal Escola da Gente*, 2011. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SIMÕES, J. F.; BISPO, R. *Design inclusivo: acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes*. Manual de apoio às ações de formação do projecto Design Inclusivo, 2003.

Disponível em:

<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/9448/1/Design%20Inclusivo%20Vol1.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *1ª Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. ONU: 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 7 nov. 2024.